

A EFETIVIDADE DO PROCESSO

Cláudio Pedrosa Nunes (*)

INTRODUÇÃO

Tema dos mais calorosos hodiernamente discutido no Direito Processual é saber-se até que ponto o processo tem alcançado seu desiderato precípua de compor efetivamente os conflitos de interesses travados na sociedade.

Processo, em verdade, é instrumento de realização do Direito Material.

Traduz a idéia de tornar segura a prática das relações jurídicas, isto é, de assegurar o efetivo implemento do Direito Material subjacente a determinado contrato ou negócio. Objetiva atender às perspectivas dos destinatários no tocante à concretização do direito perseguido.

Desse contexto é que se extrai o conceito jurídico do processo. E este concentra inafastavelmente uma especial vocação: composição dos conflitos de interesses a partir da realização do Direito Objetivo.

Veja-se o conceito de Grinover, Cintra e Dinamarco:

“E como a jurisdição se exerce através do processo, pode-se provisoriamente conceituar este como instrumento por meio do qual os órgãos jurisdicionais atuam para pacificar as pessoas conflitantes, eliminando os conflitos e fazendo cumprir o preceito jurídico pertinente a cada caso que lhes é apresentado na busca de solução”².

O processo deve, portanto, situar-se como servo do Direito, de modo a torná-lo não só acessível aos cidadãos, mas, sobretudo, transparecer como a mão que entrega ao titular o bem ou utilidade da vida que lhe é de devido.

Não deve o processo desvirtuar-se dessa finalidade benfazeja. Não pode revelar-se como um inimigo do titular do direito, transformando-se em um fim em si mesmo.

(*) Cláudio Pedrosa Nunes é Juiz do Trabalho da 13ª Região, Professor de Direito do Trabalho II do UNIPÊ, Mestrando em Direito e Especialista em Direito Processual Civil.

É sob este enfoque que nos iremos reportar nestas breves linhas.

1. OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E A EFETIVIDADE DO PROCESSO

Na seara jurídica o processo é regido por princípios fundamentais. Vale dizer: são axiomas dirigidos ao processo e albergados universalmente por todos os sistemas jurídicos. Daí sua substancial importância para a efetividade dos direitos individuais e coletivos através do processo.

São eles: a) o princípio lógico, consistente nos meios mais eficazes e rápidos de procurar e descobrir a verdade e de evitar o erro; b) o princípio jurídico, segundo o qual o processo deve assegurar igualdade de tratamento das partes e justiça das decisões; c) o princípio político, objetivando a busca do máximo de garantia social com um mínimo de sacrifício da liberdade individual; d) o princípio econômico, redundante na acessibilidade do processo com vista ao seu custo e à sua duração.

² Grinover, Ada Pellegrini; Cintra, Antônio Carlos de Araújo; Dinamarco, Cândido Rangel: Teoria Geral do Processo, 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999, p. 23.

Estes princípios concentram, indubitavelmente, as bases substanciais em que se assentam os objetivos preceitos norteadores do processo. Trata-se de incessante busca da pacificação dos conflitos, reflexo da entrega do bem ou utilidade da vida perseguidos pelas partes conflituosas.

Bom o comentário de Canotilho, no particular:

*“Princípios são normas que exigem a realização de algo, da melhor forma possível, de acordo com as possibilidades fácticas e jurídicas. Os princípios não proíbem, permitem ou exigem algo em termos de ‘tudo ou nada’; impõem a optimização de um direito ou de um bem jurídico, tendo em conta a ‘reserva do possível’, fáctica ou jurídica”*³.

Vê-se, portanto, que a utilidade e a efetividade do processo não se mostram como especialidade de um dado sistema jurídico-processual. Estende-se como primado basilar das estruturas jurídicas de todos os Estados de direito.

2. O PROCESSO FRENTE AO DIREITO MATERIAL

O Direito Processual existe para conferir efetividade às regras jurídicas dispostas no Direito Material ou Objetivo.

Theodoro Júnior sentencia:

*“Não é suficiente ao ideal de justiça garantir a solução judicial para todos os conflitos; o que é imprescindível é que essa solução seja efetivamente ‘justa’, isto é, apta, útil e eficaz para outorgar à parte a tutela prática a que tem direito, segundo a ordem jurídica vigente”*⁴.

O processo figura, portanto, tecnicamente, como meio, instrumento, mecanismo destinado substancialmente a satisfazer o direito propriamente atribuído aos respectivos titulares pela ordem jurídica.

O direito propriamente dito é o regramento contido objetivamente. Vale dizer: é o conjunto de normas que formam o chamado Direito Material. O processo, por sua vez, é apenas o passo (ou passos) que o Estado criou como diretriz a ser utilizada pelo titular do direito para assegurá-lo.

Portanto, o processo não deve (nem pode) mostrar-se como obstáculo à efetivação do Direito Material; antes, deve figurar como “garantia” deste; só e somente só.

³ Canotilho, José Joaquim Gomes: *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 1998, p. 1177.

⁴ Júnior, Humberto Theodoro: *Curso de Direito Processual Civil*, 24ª ed., vol. I, Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 38.

Dáí a crítica que, com certa razão, tem-se feito ao Direito Processual como ciência em si mesma.

O processo, é certo, não deve ser considerado um fim em si mesmo, mas instrumento, meio, modo de se dar a alguém o que lhe pertence de direito.

Com todas as “venias”, estamos a observar que o processo, da maneira como vem hoje aplicado, estudado e lecionado nas faculdades de direito e nos tribunais, tende muito mais a violar a efetividade dos direitos assegurados na norma objetiva que propriamente conduz ao rápido e eficiente solucionamento da lide

As decisões judiciais, após longas discussões na fase cognitiva, dependem, para pronto cumprimento, de novos entraves, às vezes merecendo outra série de percursos cujo conjunto perfaz o que se chama processo de execução.

Sobre a problemática, bem se fez entender o Ministro Carlos Veloso quando de seu discurso de posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Pugnava o Magistrado pelo fim da avalanche de recursos e percalços jurídicos que impedem a efetivação dos direitos e sufocam a atuação do Judiciário. Foi o que se noticiou nos meios jurídicos da época.

Assim, o primado do “devido processo legal”, consagrado no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, não obstante necessário, implica, na medida como vem apregoadado e aplicado, em negação do próprio direito e, não raro, na inutilidade das normas de Direito Objetivo, ante o enorme acervo de incidentes, recursos e outros pormenores jurídicos que concentra.

Não se pretende olvidar da importância do processo como instrumento de realização da justiça e de pacificação social. Longe disso. Há-se, porém, de encará-lo e aplicá-lo como um apêndice natural a qualificado do Direito Material, e como facilitador do efetivo e rápido cumprimento das decisões judiciais.

Por isso mesmo, o processo deve estar imune a volumosos e desnecessários incidentes ou recursos. Não se deve dar guarida a investidas maliciosas que transformem o processo num verdadeiro martírio para o titular de um direito cristalino.

3. A FAZENDA PÚBLICA E A EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Uma das manifestações mais nítidas de “inutilidade” do processo e das decisões judiciais está nos capítulos do Código de Processo Civil que tratam dos privilégios da Fazenda Pública.

Goza a Fazenda pública de privilégios exagerados na fase processual de conhecimento, “verbi gratia”, prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer (artigo 188, CPC). Além disso, as decisões judiciais que lhe forem contrárias sofrem duplo grau obrigatório de jurisdição (artigo 475, inciso II, do CPC).

Maiores ainda são os privilégios concedidos pelo legislador na fase executiva: lei própria para execução da dívida ativa (Lei nº 6.830/80), duplo grau obrigatório de jurisdição (artigo 475, inciso III, do CPC), impossibilidade de penhora e alienação de bens (artigo 67 do Código Civil) e execução do débito judicial por meio de precatórios (artigo 100 da Constituição Federal e artigo 730 do CPC).

Assim, sempre que a Fazenda Pública figurar como devedora em título executivo judicial será chamada a adimplir sua obrigação mediante processo específico, diante dos mecanismos anteditos.

Com tais regalias, os processos contra a Fazenda Pública tendem a eternizar-se, ante o permissivo do elasticimento de prazos e a inexistência execução forçada.

Nery Júnior comenta:

“Como os bens públicos (CF 20, 26 e CC 65) são inalienáveis (CC 67), não estão sujeitos à penhora (CPC 649 I). Por esta razão a Fazenda Pública não é citada para pagar em 24 horas ou para cumprir o julgado, mas sim para opor embargos do devedor”⁵.

Os precatórios ocupam posição em ordem cronológica de apresentação, isto é, entram na “fila” dos processos anteriores. Desse modo, uma dívida líquida e certa que se tenha tornado “definitivamente definitiva” em todas as instâncias judiciais ordinárias e extraordinárias (ufa!), irá ocupar a derradeira posição em relação àquelas milhares de outras que lhe antecedem.

Este é, em suma, o mecanismo do precatório. Vale dizer: é a negação da aplicação do Direito Material; é o aviltamento das decisões judiciais; é um escárnio ao ideal de justiça.

Reconhecemos que a Administração Pública está sujeita a rígido controle orçamentário no que diz respeito à aplicação das rendas públicas. Disso deflui exigência de certo tempo para que o Estado dê cabo aos seus inúmeros compromissos, inclusive pagamento de débitos oriundos de decisão judicial. É cediço, portanto, que se deve considerar o implemento de certos parâmetros, inclusive de cunho material, para que tal desiderato possa vingar.

Não é menos certo, porém, que o procedimento especial para execução contra a Fazenda Pública, em não se submetendo à natureza própria das execuções em geral, torna ainda mais penoso o processo, desmerecendo o mérito das decisões judiciais e relegando princípios basilares do processo, dentre os quais o princípio lógico, o jurídico e o político.

⁵ Júnior, Nelson Nery: Código de Processo Civil Comentado, 3a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 878.

Nem mesmo os créditos de natureza alimentar escapam do mecanismo infundável do precatório, conforme Súmula n.º 144 do Superior Tribunal de Justiça⁶, não obstante a desvinculação da ordem cronológica.

CONCLUSÕES

Em breve epílogo, ensejamos demonstrar o perigo que as decisões judiciais e a segurança da observância do próprio Direito Material estão a enfrentar em razão dos ritos cada vez mais volumosos e complexos dos corpos processuais.

Trata-se de inverter o caminho natural das coisas, já que o processo é instrumento, meio, modo para se chegar à satisfação concreta e precisa do bem ou utilidade da vida protegidos juridicamente.

Registre-se a lição de Helena Diniz:

“Toda relação jurídica é tutelada pelo Estado mediante proteção jurídica contida em norma, que prescreve sanção para os casos de sua violação, autorizando o lesado a exigir respeito ao seu direito, requerendo do órgão judicante a sua aplicação (coação); deve, para tanto, mover uma ação judicial (civil ou penal). O lesado tem autorização para invocar a prestação jurisdicional do Estado, fazendo valer o seu direito... A ação judicial é um direito que todos têm de movimentar a máquina judiciária para pedir proteção, fazendo cessar a violação de um direito subjetivo, desde que tenha interesse econômico, isto é, apreciável em dinheiro, ou moral, concernente à honra, à liberdade, ao decoro, ao estado da pessoa, e à profissão do autor ou de sua família (CC, art. 76, parágrafo único)”⁷.

A principal responsável por esse emaranhado de rituais contraditórios no processo é, sem dúvida, a lei; ao mesmo tempo, somente através da via legislativa é possível modificar-se concretamente o quadro angustiante que se está a demonstrar.

Mister que todos os operadores do direito estejam imbuídos da transformação dessa realidade, de forma a tornar o processo o alicerce efetivo da realização do Direito Material e um agradável instrumento de aplicação do bom direito e da justiça.

BIBLIOGRAFIA

⁶ Súmula n.º 144, STJ: “Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa”.

⁷ Diniz, Maria Helena: Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, 11^a ed., São Paulo: Saraiva, 1999, p. 523-524.

1. Canotilho, J. J. Gomes: *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 1998.
2. Cintra, A. C. de Araújo; Grinover, Ada P.; Dinamarco, Cândido R.: *Teoria Geral do Processo*, 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999.
3. Diniz, Maria Helena: *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999.
4. Júnior, Humberto Theodoro: *Curso de Direito Processual Civil*, 24ª ed., vol. I, Rio de Janeiro: Forense, 1998.
5. Júnior, Nelson Nery: *Código de Processo Civil Comentado*, 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

INICIATIVA DA EFETIVAÇÃO DO VALE-TRANSPORTE: OBRIGAÇÃO DO EMPREGADO OU DO EMPREGADOR?

Carlos Hindenburg de Figueiredo (*)

A lei nº 7.418/85 estabeleceu o benefício do vale-transporte, visando ao custeio (parte do empregado e parte do empregador) do deslocamento do trabalhador, relativo ao trajeto residência-trabalho-residência.

A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17/11/1987.

Nas demandas judiciais, as decisões têm girado no sentido de que o empregado deve requisitar do empregador a satisfação do aludido benefício, apresentando os documentos necessários.

Nesse sentido é a Orientação Jurisprudencial nº 215 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.

"Vale-transporte. Ônus da prova. É do empregado o ônus de comprovar que se cumprem os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte."

Essa jurisprudência consolidada baseia-se no texto do artigo 7º do Decreto regulamentador, adiante transcrito: